

Macieira da Costa Filho (relator), Marcos Antônio Ferreira das Neves, Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo, Rosa Maria Rodrigues Carvalho e Francisco Barbosa de Oliveira.

Processos de Relatoria do Conselheiro MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES:

1.2.1. Processo n.º 000282-151/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Educação (SEDUC)

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar suposta ocorrência de improbidade administrativa na prestação de serviços de limpeza, pela empresa Servi San Ltda., para a Secretaria de Estado de Educação

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e do Enunciado 3 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.2. Processo n.º 000110-151/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar possíveis irregularidades observadas no processo eleitoral para cargo de Reitor da Universidade do Estado do Pará

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e do Enunciado 3 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.3. Processo n.º 000240-940/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Marabá

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no Processo Licitatório 1268/2018-PMM, Pregão Presencial 005/2018-CPL/PMM, destinado à contratação de empresa especializada para fornecimento de passagens rodoviárias e ferroviárias intermunicipais e interestaduais para a Prefeitura Municipal de Marabá

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e do Enunciado 3 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.4. Processo n.º 000209-151/2021

Requerente(s): Jonas Martins

Requerido(s): Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP)

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar possível ocorrência de improbidade administrativa praticada por agentes públicos da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP)

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pelo DESPROVIMENTO do recurso interposto, razão pela qual votou pela HOMOLOGAÇÃO do arquivamento da Notícia de Fato, nos termos do artigo 8º, III da Resolução n.º 007/2019-CPJ.

1.2.5. Processo n.º 000117-804/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Vitória do Xingu e Erivando Oliveira Amaral

Origem: 5ª PJ de Altamira

Assunto: Apurar supostas irregularidades na prestação de serviços pelas empresas Placanjeamento e Construção Ltda. e M. Ferreira da Silva ao Município de Vitória do Xingu

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e do Enunciado 3 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.6. Processo n.º 001172-125/2017

Requerente(s): Guido Teixeira Machado

Requerido(s): Secretaria Executiva de Administração (SEAD)

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar possíveis atos de improbidade administrativa no âmbito da Secretaria Executiva de Administração

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e do Enunciado 3 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.7. Processo n.º 000738-040/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Lava-Jato do Lulu e Oficina Mecânica do Chapado

Origem: 6º PJ de Castanhal

Assunto: Apurar suposta ocorrência de poluição sonora praticada pelo estabelecimento "Lava-jato do Lulu/Oficina Mecânica do Chapado"

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ.

1.2.8. Processo n.º 000541-088/2019

Requerente(s): Glecia Mary da Silva Milhomem e outros.

Requerido(s): Município de Curionópolis

Origem: Promotoria de Justiça de Curionópolis

Assunto: Suposta ocorrência de improbidade administrativa consistente na contratação irregular de agentes de saúde sem a realização de concurso público

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, converteu o julgamento em diligência, conforme o art. 27, § 3º, inciso II da Resolução n.º 07/2019 do Colégio de Procuradores de Justiça, devendo os autos serem remetidos à PGJ para desig-

nação de outro Membro do MPPA para tomar as providências cabíveis.

1.2.9. Processo n.º 000262-151/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Instituto de Metrologia do Estado do Pará (IMETROPARÁ)

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar denúncia de possíveis casos de nepotismo no Instituto de Metrologia do Estado do Pará

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e do Enunciado 3 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.10. Processo n.º 006701-030/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Depósito Clandestino de Gás Liquefeito

Origem: 3º PJ de Parauapebas

Assunto: Fiscalizar a revenda ilegal de gás GLP (gás de cozinha)

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ.

1.2.11. Processo n.º 001919-030/2018

Requerente(s): Kátia de Jesus Mendes da Silva Correa

Requerido(s): Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA)

Origem: 6º PJ de Parauapebas

Assunto: Apurar suposta ocorrência de poluição sonora praticada pelo estabelecimento Bar Empresa Drinks

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ.

1.2.12. Processo n.º 000010-151/2019

Requerente(s): Sindicato dos Médicos do Pará (SINDMEPA)

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Belém (SESMA)

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na remuneração desde outubro de 2018 dos médicos lotados nas UPAS de Belém

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e do Enunciado 3 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.13. Processo n.º 000211-200/2018

Requerente(s): Sinara Tavares Campos

Requerido(s): Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA)

Origem: 2º PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais e Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua

Assunto: Apurar suposta ocorrência de assédio moral na FASEPA

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e do Enunciado 3 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.14. Processo n.º 000031-940/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Marabá

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar supostas irregularidades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e do Enunciado 3 do Conselho Superior do MPPA.

Itens 1.2.1 a 1.2.14, votaram os seguintes Membros: Cesar Bechara Nader Mattar Junior, Presidente do Conselho Superior; Manoel Santino Nascimento Junior, Corregedor-Geral do Ministério Público e os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho, Marcos Antônio Ferreira das Neves (relator), Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo, Rosa Maria Rodrigues Carvalho e Francisco Barbosa de Oliveira.

1.3. Processos de Relatoria da Conselheira MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO:

1.3.1. Processo n.º 001109-921/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Valdeciria Barreto Alves e outros

Origem: 4º PJ Promotoria Cível Defesa da Probidade Administrativa de Abaetetuba
Assunto: Apurar suposta prática de nepotismo pela então diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental, Infantil e Médio Santa Maria situada no Rio Sirituba, região das ilhas de Abaetetuba.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e com o art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.3.2. Processo n.º 000053-940/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): José Lenio Ferreira Duarte

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Investigar suposta ocorrência de omissão de delegado que encaminhou inquérito policial após a prescrição do crime nele investigado

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e com o art. 57 da LCE n.º 057/2006, bem como em atenção ao Enunciado n.º 04-CSMP.

1.3.3. Processo n.º 000289-940/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará